

POR UMA PROBLEMATIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS ORAIS COMO FONTES PARA A HISTÓRIA: MEMÓRIA POLÍTICA, PRESENTE E PASSADO NAS REPRESENTAÇÕES E LEMBRANÇAS DA ESCRAVIDÃO NO CEARÁ.

Paulo Henrique de Souza Martins¹

RESUMO

A Província do Ceará é considerada a primeira a libertar totalmente seus escravos, em 1884, donde vem o láureo epíteto de “Terra da Luz”. A visão clássica de imagem política que as elites locais construíram sobre o Ceará e a escravidão negra ali existente era a pouca influência dos negros na cultura, na composição populacional, quase disseram que não houve escravidão no Ceará. Todavia, bastava um olhar mais atencioso para perceber as muitas comunidades negras existentes, surgidas durante e logo após o processo de abolição do cativo. Historicamente renegadas, elas são indícios incontestes da forte presença do negro na sociedade cearense. Nesse sentido, pessoas mais velhas dessas comunidades, portadores ainda de uma memória da escravidão vivida por seus ascendentes ou por estes conhecida, são bastante importantes para criação de identidades locais e compreensão sobre a escravidão negra no Ceará. Todavia, o trabalho com a memória da escravidão, por parte de quem não a viveu, coloca interrogações importantes ao trabalho historiográfico. São essas as discussões desse artigo.

Palavras-Chave: Memória da escravidão; Identidade; História do Ceará; História oral.

NO CEARÁ NÃO TEM NEGRO NÃO...?

Justificada muitas das vezes pelas especificidades das atividades econômicas preponderantes nessa região do Brasil, a presença de trabalhadores escravos foi tratada nos discursos de modo a minimizar sua influência na história da Capitania e Província do Ceará. No primeiro momento de invasão européia, a motivação apontada era de que a atividade de abertura das fazendas de criar e o trabalho da pecuária extensiva não demandavam numerosa mão-de-obra. Era a não necessidade que embasava assim, a pouca frequência com que se encontravam escravos negros. Em contrapartida, essa idéia trazia outra em seu bojo: a do

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói-RJ

pouco desenvolvimento econômico do Ceará. Para aqueles que no início do século XX formatavam o postulado “embranquecido” sobre a população cearense, em seu sentido ufanista, essa não era uma representação muito interessante a ser perpetuada. Daí porque, para ressaltar o crescimento econômico do Ceará nos séculos XVIII e XIX, percebe-se que apesar, das atividades de beneficiamento de carne bovina — a charqueada — e o trato do couro exigirem maior contingente laboral, ainda assim, a entrada de escravos foi bastante diminuta no Ceará. A grosso modo, essa é a idéia perpetuada na leitura de mundo feita pelas elites locais, tanto na capital quanto no interior, sendo uma construção formulada principalmente nas primeiras décadas do século XX²

Tomemos algumas publicações para análise. Em 1934, quando das comemorações do cinquentenário da Abolição da Escravatura no Ceará, na Revista do Instituto do Ceará publicava-se A Libertação no Ceará da População Escrava de Guilherme de Sousa Pinto. O artigo reflete bem a construção ideológica que se queria propagar sobre os negros e o processo de Abolição no Ceará. Mostrando através de censos e “cálculos meticolosos”, como progressivamente a população negra e escrava foi diminuindo ao longo do século XIX, o autor ressaltava o postulado do “embranquecimento”. Para Sousa Pinto o processo de progressiva eliminação do negro no Brasil e, por conseguinte no Ceará, se devia ao “(...) crescimento natural da família ariana (...); e, relativamente ao elemento negro, é, apesar da fecundidade do preto, a sua alta mortalidade, para o qual concorre em elevado grau o nosso clima e o vício da embriaguês”.³; ainda, depois de analisar alguns percentuais populacionais conclui que “a purificação da raça nacional se acentua, como se acentua também o desaparecimento do elemento negro”.⁴ A leitura do artigo evidencia a relação explícita entre a aproximação do grau de civilidade com o distanciamento dos negros na sociedade.

Posição semelhante é compartilhada por outro intelectual cearense do século passado. Em extenso ensaio sobre as características do homem nordestino, cearense em particular, Thomás Pompeu Sobrinho advoga que a “contribuição do sangue africano nas populações nordestinas é pequena e com manifesta tendencia para diminuir.”⁵ Analisando sinteticamente os séculos XVII a XIX justifica que para tanto concorrem motivos de ordem geográficos e

² O Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, fundado em 1877 congregou estudiosos das áreas de História, Geografia e Antropologia e publicava no seu veículo de divulgação científica as pesquisas de seus sócios. É com base na leitura da Revista do Instituto do Ceará, que fundamento as afirmações acima.

³ Guilherme de Sousa Pinto. “A libertação no Ceará da População Escrava”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Instituto do Ceará, tomo 48, 1934. p. 186.

⁴ *Ibidem*, p. 187.

⁵ Thomás Pompeu Sobrinho. “O homem do Nordeste”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Instituto do Ceará, tomo 51, 1937. p. 348.

sociais. Assim, as constantes secas, o clima e solo desfavoráveis, e ainda o “afrouxamento” da dominação senhorial em tempos de crise, proporcionando fugas e constantes vendas para outras regiões, contribuíram sobremaneira para irregular fixação do elemento negro nos sertões nordestinos. Baseando-se na leitura de viajantes e historiadores, pontua em várias passagens características de alguns grupos étnicos africanos, especialmente os congos e angolas.

Os característicos psíquicos desses negros e que mais impressionavam os observadores eram: fantasiosos, sensitivos e de uma serenidade expansiva; conformados com a sorte, sem preocupações do futuro, olvidavam rapidamente o passado; sem energias notáveis, pareciam dotados de muita bondade; sem espírito de previdência, eram hospitaleiros e magnânimos. Benevolentes para os amigos e cruéis para os contrários, mas a sua cólera desaparecia rapidamente.⁶

Partindo dessas constatações, e ponderando sobre dados estatísticos existentes à época, acaba admitindo que a gente nordestina, em se considerando o grande número de não-brancos, deve ser interpretada também em sua descendência de origem africana. Em seus termos, “dos numeros aí anotados, tira-se todavia que o contingente de sangue africano diluído na massa da nossa gente sertaneja não é de todo desprezível e deve ser levado em conta no estudo da população.”⁷

Abaixo, temos quadro estatístico populacional da Província do Ceará para 1872.

QUADRO 1: POPULAÇÃO CONSIDERADA QUANTO AO SEXO E AS RAÇAS

	RAÇAS	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
Homens	Branços	136.940	-	136.940
	Pretos	14.429	6.402	20.826
	Pardos	172.841	8.539	181.380
	Caboclos	26.701	-	26.701
		350.906	14.941	365.847
Mulheres	Branças	131.896	-	131.896
	Pretas	14.510	7.257	21.767
	Pardas	166.325	9.715	176.040
	Caboclas	26.136	-	26.136
	338.867	16.972	355.839	

⁶ *Ibidem*, p. 351.

⁷ *Ibidem*, p. 350.

Fonte: MELO, Manoel Nunes. “Província do Ceará. Quadro da população segundo o recenseamento procedido nas diversas paróquias no 1º de agosto de 1872”. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Instituto do Ceará, tomo 25, 1911. p. 50-57.

De acordo com as informações do quadro acima, observamos que no início da década de 1870, ainda em curso o grande processo de deslocamento da população escrava do Ceará para outras Províncias, a formação étnica da população cearense contava com 62,74% de não brancos. Ora, como não perceber a existência de negros, mulatos, pardos, livres ou não, no Ceará?

Como inquietava-me, sobremaneira, o silenciamento dos intelectuais a respeito da presença do negro na formação da sociedade cearense, resolvi fazer uma leitura “à contrapêlo” de um livro produzido por um reconhecido historiador local, Antonio Bezerra, partícipe dos movimentos abolicionistas na província. Procedi então a leitura de “O Ceará e os Cearenses”,⁸ de 1906, de onde percebi que para o autor o fim da escravidão era condição para emergência de uma sociedade civilizada, nos moldes europeus. Em algum momento do texto dedicado à abolição do Ceará, a libertação dos escravos era atitude que “ombraria [o Ceará] com as nações livres e cultas”; e lavando a nódoa da escravidão antes das províncias que se ufanavam de mais ricas e mais adiantadas, o Ceará “acelerava o crescimento da nação”.⁹

Outros trechos narrados no livro proporcionam interessantes elementos para estudo das representações que faziam as elites daquele momento para si próprias e para os escravos. Um exemplo é quando de uma festa em comemoração da doação de alforrias no município de Canindé, em 1883, o povo comparece às ruas saudando os “heróis do movimento civilizador”, os abolicionistas¹⁰; quando de outra comemoração, dessa feita em Fortaleza, sem menção a data, o escravo Ponciano Francisco de Paula, em lágrimas que “orvalham a bandeira” da “Sociedade Cearense Libertadora”, a beija e entrega ao presidente desta, tendo seus joelhos rentes ao chão.¹¹ Trata-se de um quase teatro, em que os personagens de uma cena, em tese de transformação social, revelam a continuidade dos papéis sociais. O escravo no chão e os senhores benevolentes de pé.

Na construção da memória sobre o movimento, e posteriormente sobre o negro no Ceará, parece bastante razoável afirmar que a produção intelectual escrita conferiu essa

⁸ Antônio Bezerra de Menezes. O Ceará e os cearenses. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. [Ed. fac-símile, 1906].

⁹ Antônio Bezerra de Menezes. *Op. Cit.* p. 35

¹⁰ *Ibidem*, p. 40

¹¹ *Ibidem*, p. 41

situação de esquecimento. É num projeto que se quer agente da construção de uma sociedade erudita, moderna e civilizada, por parte das elites ditas ilustradas, que não cabe o negro, menos ainda uma mudança substancial nas relações sócio-econômicas então vigentes. Por que historiadores, folcloristas, antropólogos, lingüistas, intelectuais enfim, não se preocuparam em conhecer memórias e histórias da escravidão negra no Ceará a partir do contato com aqueles que viveram, experimentaram seus últimos momentos? Em contrapartida, a memória da escravidão, que se fundamenta na tradição oral, principalmente a de transmissão intra-geracional e familiar, aponta para outras perspectivas.

Temos assim de um lado, uma demorada construção ideológica de uma dada memória sobre o negro no Ceará; e de outro, memórias familiares sobre a escravidão que apontam diametralmente em sentido oposto a esse silenciamento. Ainda que Academia já tenha solidamente desfeito esse mito branco do Ceará, não é difícil perceber o quando aquela primeira idéia permanece nítida no senso-comum.¹²

COMUNIDADES NEGRAS: MAPEANDO LEMBRANÇAS, RECONSTRUINDO HISTÓRIAS

Embora haja algum sucesso na representação embranquecida que as elites cearenses produziram para compor a população do Ceará, haja vista que tal idéia também faz parte do senso-comum, principalmente quando referida ao passado, é inconteste que os negros se fizeram e se fazem presentes. Prova disso são as comunidades tradicionais existentes no interior do estado¹³, e a descoberta de pessoas que possuem uma memória da escravidão. No século XIX, por exemplo, existiam na região norte do estado duas Irmandades do Rosário dos Homens Pretos, sendo uma na cidade de Sobral e outra na comunidade da Lapa. Tais congregações além de evidenciar a simples existência física do negro, podem ser interpretadas como estratégia de construção de espaços de sociabilidade e resistência por parte dos negros.¹⁴

As memórias sobre as “festas dos negros” indicam, ademais, modos de entendimento

¹² Algumas produções acadêmicas especialmente preocupadas com o debate sobre a ideologia da não existência do negro no Ceará mereceram destaque na historiografia. São elas “Negros no Ceará” de Eurípedes Antonio Funes publicado em 2007 na coletânea de artigos “Uma nova história do Ceará”; e, “Negros no Ceará: história, memória e etnicidade” organizado por Cristina Rodrigues Holanda, publicado em 2009.

¹³ “Conceição dos Caetanos” e “Água Preta”, município de Tururu; “Goiabeiras” e “Lagoa do Ramo”, município de Aquiraz; “Bastiões”, município de Iracema; “Comunidade dos Souza, Porteiros; “Timbaúba”, município de Coreaú; “Torrões”, município de Tamboril, etc.

¹⁴ Sobre Irmandades dos Homens Pretos no Ceará, ver Raimundo Nonato Rodrigues de Souza. **Rosário dos pretos de Sobral – CE: Irmandade e Festa (1854-1884)**. Fortaleza: Edições NUDOC / Expressão Gráfica e Editora, 2006. (Coleção Mundos do Trabalho) e Eduardo Campos. **As irmandades religiosas no Ceará provincial**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto. 1998.

sobre um dado tempo e espaço que merecem atenção da historiografia posto representarem estratégias de vivência dos participantes enquanto sujeitos da sociedade.

Isso [a festa da Irmandade do Rosário] era o que o meu pai mais contava. Ele participava da Irmandade do Rosário. Eu ainda conheci essa festa. Era chamada a festa dos negros. Era no mês de setembro. Era muito animada. (...) Quando eu era menino quem ficava na frente dessa festa era um homem chamado João Cassimiro Lopes, ele já morreu, mas antes dele tinha outros que eu acho que era dos Cassimiro também. Esses Cassimiro eram negros. Eles vinham da banda do Tainque, pro lado do Cariré e outros vinha do São Damião, pras banda de Santa Quitéria.¹⁵

Analisando o relato, percebe-se que a família de Cassimiro Lopes, embora não morando na comunidade de Lapa, para lá se deslocavam a fim de realizar a festa da Irmandade, mostrando mesmo uma busca por manter uma tradição dos negros da região. A festa ainda que momentânea, proporcionava a socialização e a vivência de uma outra realidade diversa daquela experimentada na escravidão.¹⁶

As lembranças sobre a Irmandade do Rosário e sua festa anual, ainda que construções contemporâneas sobre algo que não existe mais, nos indicam a importância conferida pelos seus próprios agentes, considerando que os entrevistados vivem na mesma região onde habitavam os negros que faziam a festa. Sobre esta, a seguinte memória é ilustrativa da movimentação que as comemorações anuais causavam nas famílias circunvizinhas.

No dia da festa tinha um dia que faziam lá uma dança e as nega... todos os anos saia uma rainha de lá. Uma rainha pra no próximo ano ser a rainha da festa. Todos os anos tinha uma rainha, uma nega rainha... então as senhoras, donas daquelas negras, cada senhora queria trazer a sua nega mais bonita possível pra aquele dia, pra que fosse eleita a rainha... as senhoras tinha aquele cuidado, trajava aquela nega mais... com muito ouro, vestido bonito, sapato bonito, coisa que eles nunca tinha usado na vida usava naquele dia. Elas se sentia feliz com aquilo... aquela senhora que a nega dela era rainha achava que era uma grande vantagem.¹⁷

Nesse sentido, a memória da escravidão é aqui pensada como um campo de possibilidades, em que os sujeitos estão constantemente construindo suas vivências, tomando o cotidiano como espaço de embates, conflitos, o que por sua vez dimensiona a própria identidade dos indivíduos no meio social. O ato de lembrar algo e tornar essa lembrança algo público, implica seleções que correspondem naturalmente a aquilo que o narrador pretende tornar vivo, com sua fala que é viva e presente. Sigamos então outras memórias do cativo.

¹⁵ Manoel Catarino Lemos, 62 anos, agricultor. Entrevista realizada em 11 de maio de 2006. Comunidade Pocinhos, distrito de Lapa, município de Graça – CE. Entrevista concedida a Paulo Lopes Fernandes a quem agradeço pela cessão do material aqui reproduzido.

¹⁶ Raimundo Nonato Rodrigues de Souza. *Op. Cit.*

¹⁷ Francisco Mariano, 74 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 17 de abril de 2009. Comunidade de Saranhão, município de Pacujá – CE. Entrevista concedida a Raquel de Abreu Marques a quem agradeço pela cessão do material aqui reproduzido

Pelos idos da segunda metade do oitocentos, um “maloqueiro”¹⁸ pernambucano vaga pelos sertões do norte cearense comprando todo tipo de coisa: jóias, louças, santos e... escravos. Tal imagem é possível de ser formatada tomando por base as lembranças de Estanislau Ferreira Chaves, 85 anos, agricultor aposentado, residente na fazenda Maniçoba, vizinha a fazenda Serrote (ambas no município de Santa Quitéria) onde aconteceram os fatos narrados a seguir:

João Pinto era o chefe dos nego. (...) Esse tenente João Pinto só vendeu um nego. Que compravam nego por Pernambuco, vinha um homem do Pernambuco comprando nego, comprando escravo. Vendeu um nego por nome de Alfredo. Foi vendido, agora eu não sei como é esse dinheiro que eu não conheci mais ele, vi o nome... foi vendido por quatro pataca, que eu não sei o valor desse dinheiro. Esse nego foi vendido porque desobedeceu ele. Num dia duma matutagem o nego matou um cachorro. Mataram um porco, uma vaca, e os cachorros pegaram uma briga, o nego matou um cachorro, dos cachorros da fazenda do véi!¹⁹

Não muito distante dali, na fazenda Malhada Grande, outra possível relação entre escravo e senhor acontecia.

(...) a minha vó dizia que a irmã dela um dia tava pelando um milho lá, aí o bicho véi foi procurar ela num é, e ela num queria se “assujeitar” e aí ela chorou disse que ela chorando, chorando, pedindo pelo amor de Deus que não fizesse nada com ela não. Aí disse que ele puxou por uma espada (...) aí disse “ou tu te entrega ou eu te mato agora nesse momento”, pobrezinha foi se entregar chorando morrendo de chorar.²⁰

Maria Gustavo de Mesquita, 83 anos, é neta de Rosária e bisneta de Felícia, ambas escravas da Fazenda Malhada Grande, propriedade de Domingos José Braga, atualmente um distrito do município de Santa Quitéria – Ceará. Dona Maria Gustavo e sua família residem na comunidade Extremas, num “bolão de barro” comprado por seu pai, Gustavo Tibúrcio de Mesquita, à Maria Braga, ou Maria Nega como era conhecida, irmã da avó Rosária. Extremas se tornou após a libertação, o reduto dos escravos posto que ali “se apossou quanto nego tinha da Malhada Grande.”²¹

A existência do escravo Alfredo e da escrava irmã de Rosário na memória de pessoas tão distantes deles no tempo, por si só, já se constitui como algo merecedor de atenção haja

¹⁸ Pessoa que realiza transações comerciais de compra e venda de objetos de natureza variada.

¹⁹ Estanislau Ferreira Chaves, 85 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 27 de maio de 2006. Fazenda Maniçoba, zona rural do distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE. Entrevista concedida a Paulo Henrique de Souza Martins. p. 05. Sobre a questão do tráfico interprovincial no Ceará, na segunda metade do século XIX, ver José Hilário Ferreira Sobrinho. “**Catirina, minha nega, teu sinhô ta te querendo vendê, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais te vê, Amaru Mambirá**”: o Ceará no tráfico interprovincial (1850-1881). Fortaleza: UFC, 2005. Dissertação de Mestrado em História.

²⁰ Maria Gustavo de Mesquita (depoimento, 09/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas – LABOME, 2009. Entrevista concedida a Paulo Henrique de Souza Martins. p. 9.

²¹ *Idem*.

vista que as gerações posteriores a escravidão tenderiam a valorizar uma memória familiar que enfatizava a liberdade e a ascensão social, em contrapartida a experiência do cativo. A memória da escravidão nesse sentido é, enquanto fonte, um elemento que precisa ser historicizado.²²

Os “textos de memória” produzidos por essas pessoas que conhecem histórias da escravidão, em geral lhes contadas por pessoas mais velhas que elas mesmas, nos remetem a possibilidade de análise do próprio passado memorado pelos “textos”, como também de análise da ação que forma essa memória.²³

Uma história contada por Maria Gustavo de Mesquita, conforme dito anteriormente, descendente de escravos, discute essas problemáticas. O acontecido ocorreu no distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria – Ceará, na residência de Abílio Braga, neto de Domingos José Braga, senhor que foi da avó da entrevistada. Abílio Braga e Maria Gustavo são da mesma geração em descendência, pelo lado senhorial e escravo respectivamente. A leitura de uma carta endereçada ao esposo de Maria Gustavo, cita em algum momento o nome de Gustavo Braga de Mesquita, pai de Maria Gustavo. A referência ao sobrenome Braga em relação a um negro, gerou o debate que se segue: (...) A dona Ilta disse assim “ainda mais esse povo tem uma história de... esses negro tem uma moda²⁴ de se assinar com Braga, eu não sei por que esses negro tem essa besteira que eles não tem nada com Braga, tem nada com Braga”.²⁵

Na verdade, quem faz os comentários reproduzidos pela entrevistada é Nazaré Braga e não Ilta como disse dona Maria ao narrar a história, percebendo isso em momento posterior. Para preservar a semelhança na citação, empreguei da forma com foi dita à principio. Nazaré é esposa de Abílio Braga, e, como se percebe, questiona o uso do sobrenome Braga por parte dos negros da região. O diálogo seguiu com a seguinte réplica:

Aí eu respondi assim “Dona Nazaré, ‘cê’ sabe por que é que esses negro se assina assim? É por que os branco os Braga nunca se deram ao respeito. Botavam um nega véia, uma escrava véia nega dentro de casa pra torrar um café, pra pelar um arroz um mi [milho] pra elas e eles não deixavam... doidin pra

²² Para discussão sobre memória e escravidão negra com base em documentos orais ver Ana Lugão Rios; Hebe Maria Mattos. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Hebe Maria Mattos. “Os combates da memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros”. In. **Tempo**, Niterói, vol. 3, n.6, Dezembro de 1998. Eurípedes Antonio Funes. “**Nasci nas matas nunca tive senhor**”: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. São Paulo: USP, 1995. Tese de Doutorado em História. Agostinho Mario Dalla Vecchia. **Os filhos da Escravidão**: memórias de descendentes de escravos na Região Meridional do Rio Grande do Sul. 2ª Ed. Pelotas: EDUFPEL, 1994.

²³ Verena Alberti **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

²⁴ Vocábulo usado no sentido de “costume”, “mania”.

²⁵ Maria Gustavo de Mesquita (depoimento, 17/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas – LABOME, 2009. Entrevista concedida a Paulo Henrique de Souza Martins. p. 9.

fazer o mal às nega véia aí puxavam pela espada e elas pediam ‘pelo amor de Deus, me deixe meu senhor, não faça umas coisa dessa não senhor...’ chorando pedindo pelo amor de Deus pra eles não fazer nada com elas. E eles ficavam [dizendo que] se não se assujeitasse matavam elas, matava, se elas não se assujeitasse, e as nega véia coitadinha não queriam morrer o jeito que tem foi se assujeitarem, se assujeitavam, e aí impetou aqui a Maiada Grande desses Braga véi, Braga véi sem vergoin que não respeitava as nega veia”.²⁶

A questão da identidade familiar ligada ao sobrenome Braga foi objeto de discussão e de entendimentos diversos em ambas as partes. Se pelo lado da descendência senhorial o sobrenome somente os pertence, para Maria Gustavo, o uso costumeiro está alicerçado no fato de que os negros trazem inclusive no sangue, o “mal” de usar esse sobrenome.

Nessa discussão, não podemos perder de vista as relações entre memória familiar e identidade pois, conforme Fernando Catroga:

(...) a memória do eu é sempre, em primeira instância, uma memória de família. E é a este nível que melhor se poderá surpreender os laços que existem entre identificação, distinção, transmissão e a sua interiorização como norma: recordar-se o espírito de família, porque é necessário preiteá-lo, retransmiti-lo e reproduzi-lo.²⁷

Não é desprovido de sentido que “fazer o mal”, “empestar”, são expressões que Maria Gustavo utiliza para falar da violência sexual e das conseqüências desta, respectivamente. A interpretação realizada sobre o acontecido é que possuir o sobrenome Braga não era o intento das escravas, mas que, violentadas sob ameaça de morte, não poderiam agir de outro modo resultando naquilo que se cristalizava nos sobrenomes dos negros da região.²⁸

Compreendemos que o ato de dialogar com uma memória sobre a violência sexual sofrida pelas escravas, deve ser entendido como ligado a própria violência em si. A memória quer ser narração de um acontecimento real e verdadeiramente organiza esse passado de modo coerente no presente. Nesse sentido a escravidão negra numa dada dimensão espaço-temporal, e, as memórias existentes sobre ela, são os elementos que devem ser historicizados na pesquisa.

Assim, não consideramos a “escravidão” e uma “memória” sobre ela como objetos de pesquisa desconexos. Uma dimensão profunda sobre o passado por meio da história oral não pode se abster de considerar o próprio passado enquanto objetividade, nem as representações

²⁶ Maria Gustavo de Mesquita (depoimento, 17/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas – LABOME, 2009. Entrevista concedida a Paulo Henrique de Souza Martins. p. 9.

²⁷ Fernando Catroga. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 27. *Apud* Eurípedes A. Funes “Mocambos: natureza, cultura e memória”. In. **História Unisinos**, vol. 13, n. 2, Maio/Agosto de 2009. p. 149.

²⁸ Problemática trabalhada em Paulo Henrique de Souza Martins. “Histórias e memórias da escravidão na Fazenda Malhada Grande, Santa Quitéria – Ce: Os Bragas em preto e branco”. In. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

sobre ele, num estudo histórico. Ambos — os acontecimentos do passado e as representações sobre esse acontecimento — estão intimamente interligados. Conforme indica Alessandro Portelli:

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade do ser humano e são envoltos em sua linguagem.²⁹

Nesse sentido, podemos entender que um acontecimento se constitui, torna-se algo, no momento em que é narrado. O ato de narrar, dessa forma é uma ação cristalizante da “experiência passada” em forma de linguagem como também em forma de experiência presente.³⁰ Não que o acontecimento não tenha existência sem a narrativa, mas, somente podemos apreendê-lo a partir de narrativas e de outras fontes que informam sobre ele. A pluralidade nesse sentido é essencial para realização de uma pesquisa histórica, posto a necessidade de elementos para cotejamento, crítica e reflexão. O ato de falar torna real uma idéia ou conhecimento sobre algo. A linguagem como ação confere a ela um estatuto de produtora de realidade.

As entrevistas podem revelar, como de fato já o fizeram, dentro de uma sucessão de acontecimentos, a formatação de sentidos na narrativa. Esses sentidos ordenam os acontecimentos narrados ao mesmo tempo em que são ordenados pelo próprio sentido pretendido. Há uma relação dialógica nesses casos. Verena Alberti nos indica o seguinte sobre essa discussão:

Em que momentos de nossas entrevistas de história oral aprendemos algo sobre a realidade, para além de conhecer mais uma “versão”? Quando a relação entre acontecimentos e sentido se condensa, ou se imobiliza, em acontecimentos-chave (...), em gestos verbais (...), unidades indivisíveis sem os quais não podemos apreender novamente o sentido. Quando isso acontece, a entrevista nos fornece passagens de tal peso que são “citáveis”.³¹

Nesse sentido, a entrevista deve formar um todo posto em análise. Até os acontecimentos que num olhar desatento destoam daquilo que se pretende com a entrevista, podem constituir o elemento que formata o sentido narrativo denso, a informação “pesada”, “citável” no dizer de Verena Alberti.

Quando na narrativa as escravas são surpreendidas em um momento que

²⁹ Alessandro Portelli. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado (Orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FVG, 1996. p. 111. grifo do autor.

³⁰ Essa compreensão remete ao fazer-se da entrevista posto que as formas de contar, o que contar, enfim, a seleção realizada numa entrevista obedece a condicionamentos vivenciados no presente da própria entrevista. Portanto, é uma experiência do tempo presente. Cf. Verena Alberti. *Op. Cit.*

³¹ Verena Alberti, *Op. Cit.* p. 83-84

pacificamente realizavam suas atividades normais (“pelando arroz, milho”) sua subserviência (“pelo amor de Deus não faz isso comigo não!”) se contrasta com a imperatividade do senhor a ameaçá-las com a espada, acontecimento este gerador de uma única alternativa para conservação da vida das mesmas (“o ato de se assujeitar aos desejos sexuais do senhor”), mesmo que tal alternativa esteja contra a vontade delas (o que é que elas podiam fazer? Pergunta-se a entrevistada).

Os acontecimentos em seu conjunto constroem um sentido para narrativa; o sentido de que a proximidade dos negros “Bragas” com tal sobrenome resulta da relação de dominação dos Bragas senhores para com “suas” escravas; em última instância, resulta da relação de pertencimento que havia entre escravos e senhores e não de promiscuidade como sugesto na discussão inicial, vivenciada por Maria Gustavo. Tal possibilidade reflexiva construída no próprio ato de memorar, não pode ser negligenciada na interpretação que fazemos do passado. Em verdade, esse diálogo amplia em alcance e nitidez a imagem que podemos construir sobre o passado.

Noutro sentido, seria necessário investigar com maior escrutínio as próprias vivências das pessoas que narram sobre a escravidão. Não resta dúvida de que a chave de muitas das lembranças do passado, estão situadas no passado vivido pelos narradores e não pelas pessoas sobre as quais falam em suas narrativas. De momento, as entrevistas realizadas não abarcaram essa perspectiva.

DIÁLOGOS COM OS TEMPOS

Ao trabalhar com a História Oral enquanto metodologia para produção de conhecimento histórico, desde já aceita-se a incumbência de dialogar com várias temporalidades. A memória das pessoas sobre o passado de seus antepassados e dos membros que compartilham sua visão de mundo, nunca está somente ancorada nessa dimensão, mas orientada também pelas questões que são postas na sua experiência de vida atual e pretérita.

Nesse sentido Hebe Mattos e Ana Lugão Rios, ao abordarem a problemática de Memória e Escravidão, defendem que assim como a produção do conhecimento histórico se faz mediante questões políticas contemporâneas, a construção de memórias coletivas e individuais necessariamente tem seu substrato no tempo em que se fala, no próprio fazer-se da memória.³² Assim, os campos de história e memória, podem ser trabalhados enquanto caminhos intercambiáveis e profícuos, levando em consideração que a memória da

³² Ana Lugão Rios; Hebe Maria Mattos. *Op. Cit.*

escravidão, sendo fonte para a escrita histórica, o é a partir da formatação que a ela se dá no próprio momento da entrevista. Deste modo, trabalhar com memória da escravidão, pressupõe compreender a articulação que há entre sobre o que essa memória diz, e sobre as questões que se encontram por traz dessa construção.

Um trabalho duplamente complexo, mas também duplamente instigante. A narração da experiência, ainda mais aquela sobre a qual não se vivenciou diretamente, mas somente se sabe através de uma outra narração, de uma outra pessoa, coloca à rigor, muitas questões para o investigador. Como saber se aquilo que é dito pertence ao passado, à experiência passada, ou se é constituinte de uma construção do presente? Talvez a resposta não esteja nem num extremo nem noutro. Michel Pollack, em estudo clássico para a historiografia que trata da memória, sugere que existam “acontecimentos vividos por tabela”, ou seja, narrativas e memórias que ao serem repassadas de geração a geração, são reapropriados, resignificados pelos sujeitos num processo de identificação com os elementos contidos na narrativa, o que condiciona ou não a permanência deles na memória do indivíduo, Segundo Pollak:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participa mas que, no imaginário tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com o passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada.³³

E, em se tratando de uma memória de transmissão familiar, como as que trabalho neste estudo, é bastante plausível que de fato haja uma “herança de memória”. Aqui chega-se novamente a um ponto que quase retoma a questão anterior. Se a memória pode ser “herdada”, quanto dela pode ser considerada “herança” e quanto pode ser considerada de “herança transformada” pelo herdeiro, aquele que narra? É difícil mensurar mas algumas reflexões cercam esse problema e oferecem algumas proposições.

Uma dessas reflexões trabalha com o conceito de “sentido narrativo”. O sentido narrativo é o resultado de uma série de operações analíticas sobre uma narração, em que é possível identificar aspectos tão fortemente ligados à experiência passada, transformada em narrativa no presente, que nesse “sentido narrativo” pode se condensar em elementos que vão além de mera construção do presente, de simples “versão do passado”.³⁴ É um instrumental teórico de análise do passado através das narrativas orais.

³³ Michael Pollak. Memória e identidade social. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 201.

³⁴ Verena Alberti. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

Outra reflexão opera com a problematização das temporalidades contidas na fonte oral. Conforme ficou bastante visível nas citações de entrevistas, estamos diante de histórias familiares em maioria, mas em se tratando da escravidão, diante de fatos não vividos pelos narradores. Para as lembranças de dona Maria Gustavo, a “ilusão” de um caminho direto para a experiência da escravidão é mais forte, posto ser ela descendente de escravos, e ter apontado a “vovó Rosária”, escrava, como sua interlocutora do passado; para o senhor Dilau, a interlocução é com dona “Mulata”, neta dos senhores de escravos da Fazenda Serrote. De uma forma ou de outra, trata-se de uma memória da memória, ou de uma memória da experiência tornada linguagem no ato de contar uma história. Dialogo aqui com Beatriz Sarlo que discute essas reconstituições da memória de experiências não vivenciadas pelos próprios narradores, a partir do conceito de *pós-memória*, em interlocução com James Young³⁵ e Marianne Hirsch.³⁶ Para Sarlo, a pós-memória seria

Um discurso produzido em segundo grau, com fontes secundárias que não vem da experiência de quem exerce essa memória, mas da escuta da voz (ou da visão das imagens) dos que nela estão implicados. (...) O prefixo pós indicaria o habitual: é o que vem depois da memória daqueles que viveram os fatos e que, ao estabelecer com ela essa relação de posteridade, também tem conflitos e contradições característicos do exame intelectual de um discurso sobre o passado e de seus efeitos sobre a sensibilidade.³⁷

Portanto, ao trabalhar com lembranças tributárias dessa forma específica de constituição histórica, estamos lidando com uma memória que já nasce como um diálogo dos tempos: pedaços dos tempos vividos na escravidão, na liberdade, na família, restos de conflitos de lutas, conquistas e derrotas, e talvez uma infinidade de outras coisas diluídas no cotidiano pretérito de no mínimo duas vidas, a de quem conta, a de quem ouve.

De fato, concordo com Beatriz Sarlo quando indica que a operação da linguagem torna impossível separar a narrativa da experiência da existência da experiência:

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tão pouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum.³⁸

Partindo dessas reflexões, no sentido de problematizar as memórias orais como fonte

³⁵ James E. Young. **At memory's edge**: after-images in contemporary art and architecture. New York e Londres, Yale University Press, 2000

³⁶ Marianne Hirsch. **Family frames**: photography, narrative and postmemory, Cambridge (Mass.) e Londres, Harvard University Press, 1997

³⁷ Sarlo, *Op. Cit.* p. 92

³⁸ Beatriz Sarlo. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 24

para escrita da história, torna-se essencial considerar nossos entrevistados numa perspectiva mais dinâmica do que aquela que quer enxergar ali um portal para o passado. Daí porque seja interessante tomar conhecimento sobre as experiências no mundo do trabalho, da família, da comunidade, da vivência em suma das pessoas que elegemos para ouvir sobre o passado. Essas vivências devem explicar também, o porque dessa memória e não de outra, o sentido de da recorrência de um acontecimento e o esquecimento de outros. Trata-se de historicizar a memória, trazer-lhe problemas, situá-la no tempo e no espaço, não para questionar sua validade enquanto fonte, mas para conhecer as condições sociais de sua produção.